

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA MARIA RODIAK KAMINSKI

**A APRENDIZAGEM E SUA RELAÇÃO COM O BENEFÍCIO DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE ALUNOS MATRICULADOS DE 1º AO 5º ANO
DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO
ROQUE (2015 – 2016).**

CURITIBA

2016

ANA MARIA RODIAK KAMINSKI

**A APRENDIZAGEM E SUA RELAÇÃO COM O BENEFÍCIO DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE ALUNOS MATRICULADOS DE 1º AO 5º
ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE
SÃO ROQUE (2015 – 2016).**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Prof(a). Ms. Stela Maris Britto Maziero

CURITIBA

2016

RESUMO

A presente pesquisa descreve a observação do desenvolvimento da aprendizagem e sua relação com o benefício do Programa Bolsa Família de alunos matriculados do 1º ao 5º ano do ensino fundamental no município de Boa Ventura de São Roque. Tendo como aporte metodológico a pesquisa qualitativa e por meio de análise documental, utilizou-se como instrumentos de coleta de dados: fontes documentais como atas de resultados parciais e finais dos estudantes entre os anos 2014 a 2016, lista de alunos beneficiários das escolas do município entre os anos de 2014 e 2016, legislação referente ao Programa Bolsa Família e avaliações realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e ainda entrevistas com roteiros semiestruturados realizadas com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Não foram encontrados resultados significativos que comprovassem que o recebimento do benefício contribui para o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos. Depreende-se que a ausência desses resultados pode estar associada a fatores como: ineficiência de transporte escolar, que de acordo com o diagnóstico realizada pela Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, influencia negativamente na aprendizagem não só de alunos beneficiários, mas de alunos de maneira geral, assim como variáveis relacionadas à oferta de merenda escolar, material didático e trabalho infantil. Depreende-se desse estudo que se os objetivos das transferências de renda passam por ampliação em longo prazo no desenvolvimento social das famílias de renda mais baixa, influenciando inclusive no desempenho escolar, comprovando que o Programa Bolsa Escola influencia na matrícula, na permanência e também no sucesso escolar dos alunos beneficiários.

Palavras-chave: Bolsa Família; Aprendizagem; Permanência; Frequência Escolar.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda a famílias pobres para garantir direitos de alimentação mínima, educação e saúde básica, e uma das condicionalidades para essa transferência de renda é a frequência escolar mínima de 85%. A grande maioria dos alunos já conhece essa obrigação para o cumprimento da condição do programa.

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social, 2011 apud Fahel et al. (2011, p. 2) o PBF é atualmente o de maior abrangência, beneficiando mais de 12 milhões de famílias em todo o país, criado em 2003, é dirigido a famílias que possuem uma renda mensal per capita de até R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais.

Pensando em contribuir para o estudo sobre ensino-aprendizagem de alunos beneficiários do programa e que crianças e adolescentes podem conscientizar-se de que são capazes de se tornarem autônomos, independentes do benefício é que se faz necessário aprimorar os estudos na área. Assim, este artigo lançou a seguinte questão de pesquisa: existe relação

do desenvolvimento da aprendizagem com o benefício do programa Bolsa Família?

O presente estudo realizou uma análise do impacto do Programa Bolsa Família e dos seus efeitos sobre a aprendizagem escolar de crianças matriculadas no ensino fundamental de 1º a 5º ano nas escolas municipais de Boa Ventura do São Roque.

Para tanto, o texto está estruturado da seguinte forma: apresentação e contextualização legal do Programa Bolsa Família; conceito sobre desenvolvimento da aprendizagem e a permanência na escola como possível relação com a aprendizagem. A seguir serão apresentados os resultados dos dados levantados e suas discussões e também as considerações finais do artigo trazendo possíveis contribuições do estudo com indicações de pesquisas futuras.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e beneficia famílias pobres e extremamente pobres que possuem uma renda mensal per capita de até R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais.

Nos documentos do Ministério do Desenvolvimento Social que estabelecem as Diretrizes do Programa, constam que o mesmo pauta-se na articulação de três dimensões essenciais de superação da fome e da pobreza, que são: 1- Promoção do alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda à família; 2- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo de pobreza entre gerações; 3 – Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. (BRASIL, 2016).

Para que o benefício seja concedido, as famílias tem que cumprir algumas condicionalidades estabelecidas pelo programa, que são: a) o

acompanhamento da saúde, inclusive pré-natal, e do estado nutricional de todos os integrantes da família; b) matrícula no ensino fundamental e a frequência de 85% à escola de todas as crianças em idade escolar, sendo essa o foco deste artigo, c) a participação em programas de educação alimentar , quando ações dessa natureza forem oferecidas pelos governos federal, estadual e/ou municipal. (Brasil, 2016).

Assim, o foco deste estudo pauta-se na condicionalidade da frequência à escolas por todas as crianças em idade escolar, de 1º a 5º ano do ensino fundamental, matriculadas nas escolas do município de Boa Ventura do São Roque.

O que o Programa supõe é que ao garantir a permanência dessas crianças na escola, elas desenvolvam habilidades/competências essenciais para a obtenção de trabalhos qualificados e melhor remunerados no mercado de trabalho e, assim romperiam o ciclo intergeracional da pobreza. FAHEL, et. AL. 2012, p. 105).

2.2 Conceito de aprendizagem

Ao analisar o Programa em relação à aprendizagem dos alunos beneficiários, necessário se faz trazer autores que discutem as teorias da aprendizagem de maneira a entender o contexto de estudo.

As principais teorias da aprendizagem segundo Becker (2001), são a empirista, a apriorista e a epistemologia construtivista.

Segundo o autor, a empirista é aquela que afirma que a única fonte de conhecimento do ser humano é adquirida pela experiência resultantes das percepções sensoriais do indivíduo. Já a teoria apriorista, também conhecida como inatista, concede ao indivíduo a responsabilidade exclusiva do conhecimento sem a participação do meio. A Epistemologia Construtivista é a teoria abordada no construtivismo, onde é apresentada a visão epistemológica de Piaget onde o desenvolvimento da aprendizagem se dá através de estágios universais de desenvolvimento e a visão sócio-construtivista de Vygotsky que acredita que o conhecimento é resultante da interação do indivíduo com o seu meio social. (JOSIAS, 2008).

Para Mota e Pereira,

O processo para uma aprendizagem eficaz depende de inúmeros fatores, dentre os quais, os mais prementes são: o talento do professor, o tipo intelectual do aluno, as oportunidades oferecidas pelo ambiente imediato da escola, perspectivas futuras de vida do aluno. (MOTA e PEREIRA, 2011, p. 2)

Assim, ao analisar a aprendizagem dos alunos inseridos num determinado processo de escolarização, faz-se necessário entender a complexidade desses processos que envolvem não somente os alunos e suas capacidades, mas o professor, a escola e as variáveis que estão inseridas nessa complexidade. Portanto, à escola cabe atualmente, não somente o processo de alfabetização dos educandos, mas também:

(...) cabe-lhe a missão de promover a integração harmoniosa do educando no seio da comunidade, fornecendo-lhe todos os elementos para que se possa tornar um fator de progresso individual e social. (MOTA e PEREIRA, 2011, p.3).

Nas palavras das autoras não basta à escola matricular as crianças e ofertar a alfabetização, mas participar de um processo amplo que implica em trabalhar com o desenvolvimento geral do indivíduo e diretamente relacionado ao desenvolvimento social e cognitivo. Nesse contexto, recebe atenção especial a educação voltada para a construção do conhecimento e a formação da consciência cidadã.

Pensar em educação voltada para a construção do conhecimento e a formação da consciência social exige que a sociedade mude sua concepção e formulação de políticas no âmbito social, econômico, político e cultural, e um das alternativas dessas mudanças surge com a Implantação do Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família, além de ser um Programa de complementação de renda, ainda intenciona contribuir na aprendizagem dos alunos, pois, segundo Aguiar e Araújo (2002, p. 91) é por meio da bolsa, que reforça-se a ideia de que a educação seria a única herança a ser deixada aos filhos. Uma herança herdada que ninguém tira renovando-se a valorização da educação como meio de ascensão social, gerando esperança entre as famílias pobres.

O fato de estarem frequentando a escola faz com que as famílias entendam que o futuro dos filhos estaria garantido.

Para Correia (2012) a escola é uma instituição marcante na vida das pessoas, independente do ponto de vista político-educacional. Neste espaço, decorrem diferentes tipos de aprendizagem e de socialização entre os seres humanos. Assim, trata-se de uma fase da vida de cada aluno que traz experiências próprias, sejam elas boas ou ruins, e dessa maneira que se forma a consciência cidadã.

Vários estudos sobre o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família referentes à educação (Cacciamali, Tatei, & Batista, 2010; Duarte & Silveira Neto, 2008; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, 2016) concluíram que o Programa conseguiu aumentar a frequência escolar de crianças e adolescentes, como também reduzir o abandono escolar dos estudantes beneficiários em relação aos dos estudantes não beneficiários no ensino fundamental e médio. Assim, ao exigir o comprometimento das famílias para que as crianças tenham em suas rotinas o ato de frequentar a escola, o programa oportuniza o estabelecimento de relação entre família e escola, atribuindo a ambos a responsabilidade de investimento nas novas gerações.

A relação família-escola deve oportunizar a plenitude do processo ensino-aprendizagem e não somente o aumento dos índices de frequência dos alunos. Essa responsabilidade na aprendizagem é copartícipe, onde supõe-se que essa rotina, por sua vez, demande outras responsabilidades para as famílias beneficiárias, como o dever de casa e a leitura, que, apesar de não serem exigidos pelo programa, podem favorecer o sucesso escolar e, possivelmente, a emancipação e autonomia dos alunos, beneficiando a aprendizagem.

2.3 Permanência na Escola

A permanência de crianças na escola é compromisso mundial, firmado por diversos países em Conferências Internacionais. Programas de cunho social são estabelecidos no país a fim de colaborar com a permanência escolar e alargar as possibilidades de sucesso entre estudantes de baixa renda.

O Bolsa Família é um desses exemplos de Programas de Inclusão Educacional, pois, vincula a frequência escolar a um complemento na renda mensal das famílias beneficiadas.

Nesse sentido, quanto à permanência na escola, o Programa tem obtido bons resultados e cumprindo seu objetivo de:

Estimular a permanência e progressão escolar pelo acompanhamento individual dos motivos da baixa frequência (ou da não frequência) do aluno em vulnerabilidade e sua superação, com vistas a garantir a conclusão do ensino fundamental e a continuidade dos estudos no ensino médio. (BRASIL, 2015, p.1).

Destarte, ao falar em Progressão escolar o objetivo se amplifica e torna-se mais complexo, tendo em vista que para medir essa progressão há que se falar em aprendizagem.

A permanência na escola também é discutida por Craveiro e Ximenes, que evidenciam que a condicionalidade da frequência escolar vem sendo garantida pelo PBF, porém argumentam que a permanência na escola das populações em situação de vulnerabilidade social “exige que a escola conheça e reconheça esses outros sujeitos de direitos, seus saberes, suas experiências, vivências, espaços sociais e práticas construídas”. (CRAVEIRO e XIMENES, 2013, p. 114). Esses sujeitos de direitos são os alunos de maneira geral, pois, todos têm direito à educação que como cláusula constitucional é direito público subjetivo, mas, e especialmente, os beneficiários do Programa, pois, sendo um programa de cunho social, previu de antemão que somente a permanência não dá conta do futuro dessas crianças. De acordo com Craveiro e Ximenes é “fundamental a reinvenção da escola no seu projeto e nas relações internas e externas”.(ibdem)

A assertiva dos autores é corroborada por Schwartzman (2009) de que a população valoriza a educação e que a permanência na escola vem aumentando de forma que não é necessário que a condicionalidade ou subsídio exija isso.

A tríade: acesso, permanência e sucesso na escola ou no sistema educacional se configura como antídoto à marginalização social. (MACHADO & MACHADO, 2008).

Apesar dos benefícios desse antídoto, estudos na área (Bueno & Garcia, 1996; Chechia & Andrade, 2005; Lippitz & Levering, 2002) têm apontado que ir para a escola não é suficiente, havendo a necessidade de se ter continuidade das atividades escolares no contexto familiar. Para os mesmos autores, dessa

extensão dependem o sucesso ou insucesso escolar e o fortalecimento do conhecimento e seu significado para a criança. Portanto, somente a permanência e o papel da escola não são suficientes para determinar o sucesso ou o insucesso do aluno, o que dá para dizer que estratégias de apoio mútuo, escola e família são o diferencial da permanência na escola.

3. ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Metodologia

Este artigo pautou-se na pesquisa qualitativa com estratégia privilegiada da Análise Documental e para tal, foram utilizados como base de dados os relatórios parciais e finais de alunos, disponíveis no SERE – Sistema Estadual de Registro Escolar do Estado do Paraná entre os anos 2014 a 2015, lista de alunos beneficiários das escolas do município entre os anos de 2014 e 2016, legislação referente ao Programa Bolsa Família e avaliações realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e ainda entrevistas com roteiros semiestruturados realizadas com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

As referidas fontes documentais foram utilizadas de maneira a identificar o número de matrículas totais no ensino fundamental de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de Boa Ventura do São Roque, como também o número de matriculados que são beneficiários do Programa, e a partir desses números iniciais identificar, dentre os beneficiários, o número de aprovações e reprovações por ano letivo, no período compreendido entre 2014 a 2015, para a partir desses dados verificar a aprendizagem desses beneficiários e se o Programa favorece o desenvolvimento dessa aprendizagem nos alunos participantes.

Também foram analisados dados resultantes das entrevistas realizadas com a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, onde as técnicas da equipe afirmaram utilizar de Avaliações do Sistema como: Prova Brasil e Avaliação Nacional da Aprendizagem – ANA, como panorama diagnóstico para identificar fatores que contribuem para a aprendizagem do alunos matriculados nas escolas municipais, incluindo na análise de modo geral, os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família.

3.2 Contextualização do Município – campo de pesquisa

O município de Boa Ventura do São Roque possui uma extensão territorial de 646 Km², com um número aproximado de 6.554 habitantes, sendo 23,5%, ou 1.544 pessoas concentradas na zona urbana, e 76,5%, num total de 5.010 pessoas na Zona Rural.

O município é composto basicamente por propriedades rurais e dentre as principais atividades econômicas destacam-se: a agricultura e a pecuária de corte e leite, sendo a maior parte dela a agricultura familiar.

De acordo com o IPARDES (2012) o número total de domicílios corresponde a 2284, sendo que desses 559 domicílios encontram-se na zona urbana e 1.725 na Zona Rural.

O número de escolas municipais é de 7 escolas sendo que apenas uma está localizada na área urbana e as demais, num total de seis delas estão localizadas na área rural.

Também de acordo com o IPARDES (2012) a contagem da população segundo faixa etária e sexo, na faixa etária de 5 a 9 anos que é a faixa correspondente às matrículas de Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano é de um total de 697 crianças, sendo 363 meninos e 334 meninas.

3.3 Os dados pesquisados

Conhecendo o histórico do município nota-se que a maior concentração da população encontra-se na zona rural e, sendo seis escolas do campo, a maioria dos alunos depende de transporte escolar para frequentarem a escola.

Escolas Municipais	Nº. de alunos matriculados	Nº. de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família
Escola M. do Campo Dom Frederico Helmel	24	19
Escola M. do Campo Getúlio Vargas	88	39
Escola M. do Campo João Pessoa	7	4
Escola M. Nossa Senhora Aparecida	377	166
Escola M. do Campo Nossa Senhora	52	34

de Fátima		
Escola M. do Campo Santa Salete	19	13
Escola M. do Campo Santo Agostinho	42	28
Total	609	303

Tabela 1- Número de matrículas/beneficiários - Fonte: Sistema Estadual de Registro Escolar (Sere) 2016.

Conforme os dados da tabela 1 acima 50% dos alunos matriculados no ensino fundamental anos iniciais da rede municipal são alunos beneficiários do programa Bolsa Família.

Analisando relatórios da frequência escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família e no momento do registro da frequência, observa-se que o maior motivo de baixa frequência registrada pelas escolas nos questionários é o fato que impede o deslocamento/acesso do aluno à escola/ estradas intransitáveis (4c), que ultrapassa o mínimo de 75% de frequência escolar exigida para aprovação. Mas que para o repasse do benefício não seja bloqueado para a família, o motivo 4c, apontado no questionário que identifica a presença dos alunos beneficiários justifica essa infrequência. Porém, com relação aos prejuízos para a aprendizagem não existe justificativa. Nos livros registro de classe dos professores é possível confirmar essa informação das faltas dos alunos de maneira geral.

Escolas Municipais	Nº. de alunos matriculados	Nº. de alunos usuários do transporte escolar
Escola M. do Campo Dom Frederico Helmel	24	23
Escola M. do Campo Getúlio Vargas	88	83
Escola M. do Campo João Pessoa	7	7
Escola M. Nossa Senhora Aparecida	377	172
Escola M. do Campo Nossa Senhora de Fátima	52	49
Escola M. do Campo Santa Salete	19	19
Escola M. do Campo Santo Agostinho	42	36

Total	609	389
-------	-----	-----

Tabela 2- Numero de alunos matriculados/usuários do transporte escolar - Fonte:
Sistema Estadual de Registro Escolar (Sere) 2016.

Já na tabela 2 está demonstrado o número de total de alunos matriculados nas escolas comparado ao número de alunos usuários do transporte escolar. Os referidos dados demonstram que apenas na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida que é a escola da sede do município, o número de alunos que não são usuários do transporte escolar é menor, em comparação as demais escolas, onde a porcentagem de alunos que utilizam é bem considerável.

Ainda em comparação com a tabela 1 o número de alunos beneficiários do Bolsa Família é menor do que os alunos usuários do transporte.

Total da População de Boa Ventura do São Roque	Nº. de alunos matriculados	% de alunos em comparação à população total	Nº. de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família	% de beneficiários em comparação à população total
6.554 habitantes	609	9,29%	303	4,62%

Tabela 3: Comparativo de matrículas em relação ao número de habitantes – Fonte:
Secretaria Municipal de Educação 2016.

A tabela 3 mostra o número de alunos total e o número de alunos beneficiários em comparação ao total da população e percebe-se que as matrículas de ensino fundamental de 1º a 5º ano corresponde a pouco mais de 9% da população total e o de beneficiários a 4,62% da mesma.

Quanto à aprendizagem, a tabela 4 vai mostrar a taxa de aprovação e reprovação dos alunos beneficiários compreendidos entre os anos de 2014 e 2015.

Aprovação Alunos 5º ano	Anos		Total
	2014	2015	
Alunos Beneficiários	71	45	116

Alunos Não Beneficiários	39	34	73
Total	110	79	189
Reprovação alunos 5º ano	Anos		Total
	2014	2015	
Alunos Beneficiários	0	1	1
Alunos Não Beneficiários	3	0	3
Total	3	1	4
Total de Matrículas 5º ano	113	80	193

Tabela 4 - Aprovação/Reprovação/Beneficiários e não beneficiários - Fonte: Sistema Estadual de Registro Escolar (Sere) 2014,2015.

Para a análise da aprendizagem, a tabela 4 demonstra os índices de aprovação e de reprovação dos anos 2014 e 2015 entre os alunos beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família. Os índices demonstrados na referida tabela foram feitos por amostragem, trabalhando com dados de turmas de 5º ano, todos os alunos concluintes da primeira etapa do ensino fundamental series iniciais de 2014 e 2015 do município.

A referida amostra corresponde a 38% do total de matrículas dos alunos beneficiários, no ano em curso e do total de matrículas do ensino fundamental a 18%. A escolha e opção por alunos do 5º ano deve-se ao fato de ser o ano de terminalidade do **ciclo**, possibilitando assim a análise de conclusões. Percebe-se que o número de alunos beneficiários aprovados tanto em 2014 e 2015 é bem elevado. No ano de 2014 o número de aprovados beneficiários representa 62% do total e, em 2015 o número de beneficiários aprovados corresponde a 56% do total de matrículas do 5º ano. Embora apresente um índice de aprovações considerável de alunos beneficiários conforme já citado, depreende-se que a aprendizagem acontece de maneira igualitária, e, portanto a participação no programa não contribui nesse processo. Já a reprovação teve apenas 4 alunos reprovados, três deles não são alunos beneficiários. Considerando que o número de alunos beneficiários é a metade do número total de alunos matriculados, entende-se que o índice de reprovações é maior entre os não-beneficiários do programa. Depreende-se da análise que o Programa contribui para o acesso, permanência e também para o sucesso dos alunos na escola, uma vez que no ano de 2014, de 71 alunos matriculados,

todos foram aprovados no 5º ano e em 2015, de 45 alunos matriculados, apenas um deles foi reprovado.

Em entrevista realizada com a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, as pedagogas destacaram existir a possibilidade de diagnosticar a aprendizagem nas escolas municipais de Boa Ventura do São Roque, por meio das participações dos alunos dessas escolas em avaliações como A Prova Brasil e ANA – Avaliação Nacional da Aprendizagem, sendo possível realizar análise diagnóstica de que a principal interferência na aprendizagem dos alunos é a infrequência escolar, e que, pode estar relacionada a todos os alunos e não somente a beneficiários do Programa Bolsa Família.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão do estudo em relação à aprendizagem com o benefício do programa bolsa família de alunos matriculados, teve objetivo de conhecer e entender melhor a ligação entre uma política pública, como um Programa de Transferência de Renda e no caso em estudo, o Bolsa Família, com a realidade enfrentada no dia a dia para ofertar um ensino com qualidade nas escolas do município de Boa Ventura de São Roque.

Depreende-se desse estudo que os objetivos das transferências de renda não passam por ampliação em longo prazo no desenvolvimento social das famílias de renda mais baixa. É necessário que não haja somente a matrícula e permanência na escola, mas a progressão no ciclo escolar, ou seja, o sucesso escolar, associado à aprendizagem. Em relação às análises realizadas neste estudo, pôde-se observar que em média 60% dos alunos beneficiários alcançam esse progresso, mediante os índices de aprovação detectados e embora seja relativamente igual aos índices obtidos pelos não beneficiários, supõe-se pelos relatos da equipe pedagógica da Secretaria que sem o benefício as crianças não alcançariam esses índices.

Assim, os dados apresentados apontam que, para uma aprendizagem de qualidade não basta que condicionalidades sejam cumpridas, mas, que

vários fatores aconteçam, como: garantir os direitos de acesso, alimentação, segurança, ensino de qualidade, professores qualificados, estrutura física adequada e entre outras necessidades, e estabelecimento de Políticas Públicas que atendam essas garantias, embora os dados apresentados apontem para a contribuição do mesmo em garantir a progressão escolar dos alunos beneficiários.

A partir desse estudo, a pesquisadora pôde conhecer e entender melhor a realidade do município, entendendo que é de fundamental importância para cada munícipe conhecer essa realidade que o município enfrenta, e assim poder contribuir com sugestões, para elaboração de um bom planejamento que atenda os beneficiários, mas também ações de planejamento que atendam a sociedade como um todo.

5. REFERÊNCIAS

ADMINISTRACION NACIONAL DE LA SEGURID SOCIAL (ANSeS). Primer aniversario. Buenos Aires, Octubre 2010. BARROS, R. P. et al. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2006, v.1, 446p

AGUIAR, M.; ARAÚJO, C.H. **Bolsa-Escola: Educação para enfrentar a pobreza**. Brasília: UNESCO, nov. 2002, p 152.

BECKER, F. **Ensino e construção de conhecimento**. Porto Alegre, Artmed, 2001. 125 p.

Bueno, B. G., & Garcia, T. F. (1996). Êxito escolar: As regras da interação na sala de aula. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 77, 263-281.

CAMARGO, P. C. PAZELLO, E. T. Uma Análise do Efeito do Programa Bolsa Família Sobre o Desempenho Médio das Escolas Brasileiras. *Economia Aplicada*, v. 18, n. 4, 2014, pp.623-640. Disponível: www.scielo.br/pdf/ecoa/v18n4/03pdf. Acessado em 25/08/2016.

Chechia, V. A. & Andrade, A. dos S. (2005). O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. *Estudos de Psicologia*, 10 (3), 431-440.

CORRÊA, J.S, As Contribuições do Programa Bolsa Família: Inclusão e Permanência Escolar. IX ANPED SUL Seminário de pesquisa em educação da região
2012. Disponível:
www.ues.br/etc/conferencias/index.php/paper/viewfile/2238/152. Acessado em:
26/08/2016.

CRAVEIRO, C.B.A; XIMENES, D. Dez anos de Programa Bolsa Família: Desafios e Perspectivas para a Universalização da Educação Básica no Brasil. In: Programa Bolsa Família: Dez Anos de Inclusão e Cidadania. Brasília, IPEA, 2013.

FAHEL, M. C.X.; Morais, T.; FRANÇA, B. C. **O Impacto do Bolsa Família na Inclusão Educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais.** Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, IPEA: CODE, Brasília, 2011. Disponível em
<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo21.pdf>.
Acesso em 13 jul.2016.

IPARDES. Anuário Estatístico do Estado do Paraná, 2012. IPARDES, Curitiba, 2012. Disponível em http://www.ipardes.pr.gov.br/anuario_2012/index.html. Acesso em 12 nov. 2016.

LIMA, S. Avaliação dos Impactos do Bolsa Família na aprendizagem dos alunos. Cidadania e Justiça. Entrevista concedida ao Portal Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013>. Acesso em 12 nov. 2016.

Lippitz, W., & Levering, B. (2002). And now you are getting a teacher with such a long name. *Science*, 18(2), 205-213.

MACHADO, A.V.; & MACHADO, M.C.V. Escola que protege: Histórico Jurídico de proteção a criança e ao adolescente. In: P. V.B. Silva, J. E. Lopes & A. Carvalho (Eds.) Por uma Escola que protege: A Educação e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. (pp 75-93). UEPG: Ponta Grossa, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2016. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia> Acesso em 13 jul.2016.

MOTA, M. F. G; PEREIRA, F. E. de L. Processo de Construção do Conhecimento e Desenvolvimento Mental do Indivíduo. UFPE, Pernambuco, 2011.

SCHWARTZMAN, S. **Bolsa Família: Mitos e Realidades**. Interesse Nacional, Ano 2, n.7, p. 20-28, dez. 2009. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/bolsa09.pdf>. Acesso em: 13 de jul. 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Plano Municipal de Educação**, Boa Ventura de São Roque, 2011.